
PRÁXIS E NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: AS DISPUTAS TERRITORIAIS DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO*

Fernanda Keiko Ikuta **

ferikuta@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As contradições e limites, assim como as potencialidades, dos movimentos sociais em cena expressam a complexidade do conflito capital x trabalho que permeia as lutas sociais nesta nova etapa do capitalismo. A partir dessa premissa, nos colocamos, num primeiro momento, a conhecer a realidade da luta pela moradia na metrópole de São Paulo e, num segundo momento, a apresentar a sua complexidade, contradições, limites e potencialidades. Esse percurso analítico nos permite entrar no debate do surgimento, nos últimos anos, de novas formas de dominação para uma recondução da crise do modelo de dominação vigente: um processo que apresenta desafios inéditos para os movimentos sociais.

Os movimentos de luta pela moradia da metrópole de São Paulo organizam e mobilizam um número crescente de sem teto e efetivam ações que desafiam e inquietam a ordem posta. Todavia, seria parcial concluir que isso representa a existência de um projeto político comum entre os diversos movimentos sociais e a garantia de que as ações de todos esses movimentos em cena se reverberem na construção de territórios de resistências. Em São Paulo, e em todo o país, há movimentos sociais, tanto do campo como da cidade, cuja práxis é de combate ao capital e ao Estado excludente, mas também há movimentos que defendem políticas governamentais compensatórias ou focalizadas em consonância com a lógica do *possível* no âmbito da sociedade do capital. O surgimento de novas estratégias para governar os movimentos sociais, tanto por meio de políticas

* O presente texto apresenta parte das reflexões que foram desenvolvidas em nossa tese de doutorado intitulada “Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho”.

** Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista (UNESP). Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

públicas sociais como de Organizações Não Governamentais (ONGs), nos coloca diante da dimensão dos desafios inéditos de um presente marcado pela lógica neoliberal.

Num balanço geral sobre os movimentos sociais brasileiros, do campo e da cidade, podemos avaliar que: se por um lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa um movimento importante que reorientou “sua luta contra a reforma agrária em um sentido mais amplo, contra o agronegócio e as multinacionais da agricultura, e contra a monocultura de soja e cana de açúcar, e por um projeto popular para o Brasil (ZIBECHI, 2008, p. 96, tradução nossa); por outro lado, as lutas urbanas, em particular a dos movimentos de luta pela moradia, a exemplo do que a nossa pesquisa levantou em São Paulo, e como também aponta Zibechi (2008, p. 96) têm dificuldades em impactar amplas camadas de pobres das cidades e suas intervenções, em geral, são atomizadas. Ou seja, as lutas estão praticamente reduzidas a pequenos núcleos que ocupam terrenos ou prédios, constroem suas casas e serviços coletivos, com avanços muito limitados no sentido de fortalecer uma ampliação das suas reivindicações e do debate que levantam na sociedade, e sem lograr uma articulação orgânica entre os movimentos sociais que supere a atual fragmentação e debilidade de classe vividas.

Em termos teórico-metodológicos, para dar conta dessa nova e complexa dinâmica que desafia a luta pela moradia hoje, o caminho adotado foi a análise da luta pela moradia por meio do conflito capital x trabalho visto à luz da práxis. A utilização da categoria práxis nos ofereceu um caminho para apreender as articulações, as contradições e as possibilidades da luta pela moradia em São Paulo, ou seja, a práxis é aqui entendida como uma categoria que oferece a possibilidade de pensar o instituído (a ordem dada) e o *instituinte* (o porvir) na luta pela moradia.

Vários procedimentos metodológicos foram fundamentais para que pudéssemos efetivar esse conhecimento da realidade da luta pela moradia, das contradições que reiteram o instituído e pensar as potencialidades de superação desta ordem, são eles: pesquisa bibliográfica; pesquisa em materiais institucionais; diálogos com os pesquisadores do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e outros interlocutores que tivemos por meio da nossa participação nos eventos científicos nacionais e internacionais; e trabalho de campo onde realizamos visitas às áreas de interesse, participamos de atividades desenvolvidas pelas entidades e fizemos várias entrevistas com atores-chave da luta pela moradia.

Como resultado dessa pesquisa, no presente texto enfocamos três movimentos

de luta pela moradia da metrópole de São Paulo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); o Movimento de Moradia do Centro (MMC); e o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). A análise da luta pela moradia a partir desses movimentos sociais está contextualizada durante o governo municipal de Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorrido entre os anos 2001-2004, e do atual governo iniciado pelo prefeito José Serra (2005 – 2006), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje nas mãos do prefeito Gilberto Kassab (desde 2006 e reeleito em 2009), do Democratas (DEM), que até março de 2007 era o Partido da Frente Liberal (PFL).

A análise territorial da luta pela moradia em São Paulo nos permite apreender alguns dos elementos que compõem as disputas territoriais e de práxis entre o capital e o trabalho na metrópole paulista atualmente. A luta pela moradia é parte do conflito capital x trabalho em sua expressão na disputa por territórios: a práxis reiterativa do capital para manter sua hegemonia por meio da sua reterritorialização com desterritorialização dos trabalhadores x a práxis potencialmente emancipatória dos movimentos sociais no sentido da construção dos seus próprios territórios ou, ao menos, da apropriação de frações do território do capital.

2. MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO: DISPUTANDO TERRITÓRIOS

A luta pela moradia na metrópole paulista pode ser entendida a partir do conflito fundiário e imobiliário que se expressa na disputa territorial entre os movimentos de moradia e o projeto urbano do capital, sustentado pelo teor privatista das políticas públicas.

De um lado, estão as políticas públicas urbanas que, aliançadas com a iniciativa privada, mantêm um quadro de precarização dos sem teto: favelização, encorticiamento, situação de rua, ocupação de áreas de risco e/ou proteção ambiental, desemprego e flexibilização das relações de trabalho, além do narcotráfico e do crime organizado que contribuem para a desorganização e atomização dos setores populares. São diferentes táticas de desterritorialização dos pobres urbanos para a realização (reiteração) da valorização capitalista do espaço urbano, ou seja, da reterritorialização do capital. O poder público ampara uma acelerada valorização fundiária e imobiliária canalizando grande quantia de recursos públicos para a implementação das supostas “ilhas globalizadas” e das “novas centralidades” em São Paulo.

No que respeita particularmente às políticas habitacionais, o governo de Marta Suplicy (2001-2004) centrou-se nos

aspectos legais (aprovou o Plano Diretor) e institucionais. Realizou a regularização, tanto de loteamentos (com maior ênfase) quanto de favelas. Em termos institucionais, flexibilizou as regras do Fundo Municipal de Habitação e criou o Conselho Municipal de Habitação. Porém, a participação que deveria ser garantida com o Conselho não se efetivou até mesmo porque a maior parte dos recursos disponíveis e as ações de maior visibilidade ficaram fora do controle deste. Os mutirões, que haviam sido a marca do governo de Erundina, e a urbanização de favelas foram retomados muito timidamente. A integração das iniciativas, defendida durante a eleição, não se concretizou. Já o governo José Serra (2005-2006) / Gilberto Kassab (2006-), mudou de foco no que respeita à moradia nas áreas centrais, cortando vários programas, financiamentos e instrumentos urbanísticos e adotando uma política mais incisiva de expulsão dos trabalhadores e marginalizados do Centro de São Paulo. O atual governo dá certa continuidade aos projetos de urbanização de favelas e de regularização fundiária, com aumento no número de intervenções e na previsão orçamentária para tais projetos: numa demonstração de reiteração dos processos de periferização e favelização dos pobres urbanos (MARQUES; SARAIVA, 2005; SANTORO; CYMBALISTA, 2007; FÓRUM Centro Vivo, 2006; entrevistas

junto aos movimentos sociais e funcionários públicos da COHAB/SP). A descontinuidade das políticas habitacionais, a diretriz mercadológica dessas políticas e o processo participativo não efetivo e direcionado (limites do poder público) são características presentes nesses governos municipais.

Do outro lado, estão as ações dos movimentos sociais que desafiam a lógica perversa de uma propriedade privada fortemente excludente, entrando na disputa por territórios, muitas vezes territórios estratégicos para o poder, e pressionando o poder público com suas reivindicações.

Assim, se, por um lado, os projetos urbanos do capital são contundentes, apoiados por uma rede de financiamentos, que envolvem várias instituições de escalas diferentes, e estão ancorados em um Estado que oferece amplas vantagens para a proliferação de projetos que estimulam a modernização globalizadora da cidade; por outro lado, ainda que de forma limitada e com sérias contradições internas, os trabalhadores empenhados na luta pela moradia também pensam e agem à procura de uma cidade diferente. Eles propõem transformações na lógica excludente, que é a identidade da cidade, hoje.

Os movimentos de moradia adotam táticas e estratégias diferenciadas para a execução de suas propostas, como veremos, a seguir, quando destacamos

algumas das experiências de ocupações, manifestações públicas e formação política dos movimentos sociais estudados.

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, se caracteriza pela ocupação de terrenos urbanos e organização comunitária. O MTST surge em 1997, articulado com (ou por iniciativa) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua primeira ação foi a ocupação, por 5.200 famílias, de um terreno urbano em Campinas, denominado de Parque Oziel em homenagem a uma das vítimas do MST na chacina de Eldorado de Carajás (PA): uma clara demonstração pública de sua articulação com o MST ou com as questões por esse reivindicadas. O movimento faz um paralelo da questão urbana com a questão agrária e se organiza contra a especulação imobiliária, tratando de ocupar os “latifúndios” urbanos ociosos e montando seus barracos de lona preta. Em síntese, a tática central do MTST é ocupar terrenos urbanos e construir acampamentos bem posicionados estrategicamente. Alguns exemplos importantes do movimento são: as ocupações em Guarulhos perto da rodovia Dutra que liga dois grandes centros econômicos da América Latina (Rio de Janeiro e São Paulo); na região do ABC, onde há uma concentração de trabalhadores fabris e um eixo de circulação de mercadorias da capital para o

Porto de Santos e também para importação; na região do corredor oeste, que liga a capital ao interior e aos países do MERCOSUL, com a Rodovia Regis Bittencourt.

Já o Movimento de Moradia do Centro (MMC), que surgiu por volta de 1984, como fruto da mobilização de moradores de cortiços que se engajaram no combate à elevação dos aluguéis, taxas de água, de luz e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), atua em torno da ocupação de edifícios públicos e privados ociosos na região central da cidade de São Paulo. Garantir a moradia nas áreas centrais, usufruindo assim das características oferecidas por essa centralidade, (maior oferta de empregos e acessibilidade aos serviços e infra-estruturas urbanas), é a primeira reivindicação do MMC. Para o movimento, o acesso à moradia no centro potencia a mobilização popular e representa a primeira conquista em direção à cidadania e à dignidade. A coordenação do MMC é contundente em apontar que a luta pela moradia extrapola o sonho da casa própria e requer a continuidade da mobilização para que as necessidades de emprego, salário digno, saúde, educação, alimentação, transporte e lazer sejam alcançados. Entre as ocupações mais conhecidas estão: a ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado, situado na Rua do Carmo (esquina com a Rua das

Flores), por 1.200 pessoas pertencentes à Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) da qual o MMC¹ fazia parte então; e a ocupação, em 1999, de um prédio ocioso pertencente ao Banco Nacional localizado na rua Líbero Badaró.

O Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) também tem a região central de São Paulo como o foco de suas ações. As ocupações, segundo o movimento, têm o objetivo de pressionar o poder público, municipal, estadual ou federal, a implementar projetos habitacionais para famílias de baixa renda, em bairros centrais. A obtenção de empréstimos, a compra de edifícios para reforma e transformação em habitação popular são também defendidas pelo movimento. A ocupação do MSTC que teve maior repercussão, até hoje, foi em um prédio privado situado na Avenida Prestes Maia, nº 911, por 1.630 pessoas, 468 famílias, é a ocupação. A Ocupação Prestes Maia², como ficou conhecida, obteve repercussão internacional, por parte de pesquisadores, artistas e da mídia, em determinados momentos, sobretudo pela

existência de uma biblioteca e um espaço cultural³, no local.

Os prédios ocupados tanto pelo MMC como pelo MSTC estão localizados na região central, área onde o poder público municipal e os grandes empreendedores imobiliários têm outros projetos urbanos reservados à re-qualificação, à *gentrificação*⁴. Assim, reintegrações de posse e despejos violentos são freqüentes.

Nos últimos anos, sobretudo no atual governo municipal (do prefeito Gilberto Kassab), é possível verificar uma política de expulsão dos trabalhadores que moram no centro de São Paulo. Essas intervenções urbanas realizadas com parcerias público-privadas que procuram reverter os espaços antes pertencentes à classe trabalhadora (os cortiços e a camelotagem no centro sempre foram uma “alternativa” de trabalho e moradia), têm

¹ O MMC nasce de um processo de cisão no interior da ULC, que congregava vários grupos que reivindicavam moradia tanto na região central como fora dela. Sobre a ULC e o rompimento do MMC com essa, consultar: (VIEGAS et al., 2007).

² O prédio, avaliado em R\$ 7 milhões, pela Caixa Econômica Federal, havia ficado ocioso por vinte anos e acumulava dívida de R\$ 5,8 milhões de IPTU.

³ Em 2006, na Ocupação Prestes Maia, funcionou uma Sala Especial da 9ª Bienal de Artes Plásticas de Havana, que, nessa edição, abordou as "dinâmicas da cultura urbana". A ocupação “foi escolhida como espaço expositivo por sua potência política e simbólica”. Fórum Centro Vivo (2006).

⁴ O processo de “gentrificação” é bastante polêmico, cabe aqui apenas duas observações: 1) alguns autores apontam-no como um processo de “higienização social”; 2) no caso de São Paulo, Neil Smith (2005, p. 74) aponta que “o processo é espacialmente isolado e se encontra praticamente no início”, mas que, com todas as diferenciações, a partir dos anos oitenta, esse processo passou a atingir todo o planeta, como uma estratégia urbana global. Sobre a “gentrificação” e demais dinâmicas no Centro de São Paulo cf. também as diferentes abordagens de: D’arc (2006), Lemos (2005), Yázigi (2005).

desterritorializado os trabalhadores pobres do centro, através de:

- a. reintegrações de posse de prédios ocupados por integrantes dos movimentos de sem-teto (tratados como “caso de polícia”). Os movimentos ocupam imóveis vazios, em geral, com problemas judiciais, cujos proprietários (latifundiários urbanos) estão irregulares, por exemplo, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); enfim, como advertem alguns, são imóveis que não estão cumprindo com a sua *função social*;
- b. intensificação da fiscalização contra comerciantes informais, os camelôs (também criminalizados);
- c. tentativa de deslocar forçadamente os catadores de lixo para fora do centro⁵;
- d. desapropriação de imóveis na área conhecida como Cracolândia e concessão de incentivos fiscais às empresas que lá se instalarem (MATIOS, 2005).

Casos de violência policial e tentativa de criminalização dos movimentos de moradia, para deslegitimá-los publicamente, são bastante comuns. No

⁵ Para conhecer mais de perto a problemática que envolve os catadores de materiais recicláveis, assim como o trabalho que vem sendo realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cf. <www.movimentodoscataadores.org.br>.

Dossiê de Denúncia do Fórum Centro Vivo⁶ (2006), são citados vários exemplos recorrentes de violações dos direitos humanos. Além da truculência policial e jurídica sobre os trabalhadores sem teto, os meios de comunicação ainda tratam de difundir uma visão pejorativa dos movimentos, contribuindo para criminalizá-los.

Contra as situações de repressão estatal sofrida como a violência policial e despejo determinado por ações judiciais de reintegração de posse, os movimentos sociais recorrem a atos de manifestação pública, com os quais eles também buscam denunciar e dar visibilidade à situação de precariedade na moradia e em outras condições de existência dos sem teto. Passeatas, ocupações de prédios públicos e acampamentos em frente à prefeitura de São Paulo são as manifestações mais praticadas pelos movimentos de luta pela moradia.

Entre as diversas táticas utilizadas pelos movimentos sociais, a formação política tem um papel bastante relevante porque é através dela que os movimentos avançam na possibilidade da construção de

⁶ “O Fórum Centro Vivo (FCV) é uma articulação coletiva da qual participam dezenas de grupos de diferentes áreas de atuação: movimentos sociais; pastorais e organizações de base; universidades, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis; organizações não-governamentais, entidades de defesa dos direitos humanos, de educação e cultura; coletivos de arte e grupos de teatro; e coletivos de mídia independente” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 9).

uma identidade coletiva entre seus militantes, na autonomia e no fortalecimento dos seus projetos políticos. A tentativa de construir escolas populares e bibliotecas foi uma iniciativa observada em ocupações do MSTC (na ocupação Prestes Maia) e do MTST (no acampamento Carlos Lamarca).

Outra importante experiência de formação política é a do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que cria em 2005, a Associação Periferia Ativa com o intuito de expandir sua atuação dentro das favelas na região metropolitana de São Paulo. Com a criação desses núcleos nos bairros periféricos, o MTST está esforçando-se por organizar uma pesquisa comunitária (levantamento das necessidades das comunidades) e o atendimento das necessidades levantadas (creches, unidades de saúde, impedimento de despejos, criação de hortas, etc.), mas o fundamental desta experiência é a viabilização da formação política das comunidades. Os coordenadores do Movimento entendem que a formação política nos bairros fortalece o projeto estratégico de construção do poder popular através do território. Na fala de um deles⁷ fica claro que esse deve ser o ponto de partida da luta social hoje:

⁷ O anonimato dos entrevistados que são coordenadores e militantes de movimentos de luta pela moradia ou associações civis foram preservados porque muitos deles são vítimas

O que está por trás do conflito é uma luta de classes, brutal. Não tem casa, não tem terra na cidade... e a concentração, o interesse em concentrar, em acumular capital no território urbano? É que o Estado vai cumprir o papel dele de empurrar os lutadores sociais. Pra incomodar o capital [...] é preciso partir do território. Por quê? Porque a fábrica, já não está mais conseguindo incomodar o capital. [...]. [Em] 2001 a gente já estava com essa consciência [...]. Quando você parte da estratégia de construção do poder popular através do território, você pode ser parte fundamental da estratégia política. Você pode travar a circulação! [...]. Chegamos à conclusão de que tínhamos que fazer ocupações bem posicionadas estrategicamente: uma em Guarulhos perto da Rodovia Dutra que liga os dois maiores centros econômicos da América Latina – Rio de Janeiro e São Paulo; uma outra na região do ABC, que é ali onde tem uma classe operária e tem um eixo de circulação de mercadoria que sai da capital e vai para o Porto de Santos [...] e de importação também [...]; e outro na região do corredor oeste, que liga a capital ao interior e ao MERCOSUL também, que é a [Rodovia] Regis Bittencourt. Então entramos nessa lógica: isso vai fazer a gente incomodar! [...] E foi isso que nós fizemos (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

As intervenções dos movimentos não deixam dúvidas quanto a efetividade das disputas em que esses se colocam. Mas essas disputas estão repletas de nuances, de potencialidades e limites: vamos a eles.

de perseguição política, alguns respondendo a processos judiciais.

3. POTENCIALIDADES E CONTRADIÇÕES: A COMPLEXIDADE DA LUTA PELA MORADIA

Dentro do contexto urbano, surgem diferentes iniciativas de resistência, mais ou menos organizadas, que se confrontam à lógica urbana/social em vigor, isto é, que podem ter a potencialidade de se orientar para a construção de alternativas e possibilidades não previstas e ofertadas no interior da lógica/ordem do Estado e do capital. Daí a importância de identificar e dar voz às experiências sociais empenhadas em construir um projeto de apropriação de frações do território do capital sob formas alternativas, o que poderíamos entender como a construção de um projeto urbano emancipador a partir de uma práxis criadora, que proporia romper com o urbano instituído.

Algumas das iniciativas de ocupação de prédios na área central de São Paulo, como a Ocupação Prestes Maia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) que contesta o Estado através da ocupação (e a posterior continuidade da luta); as ocupações e as ações integradoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) a exemplo da implantação de experiências como o *rururbano* que rompem com as divisões administrativas como cidade-campo, centro-periferia; a não filiação partidária, etc.; podem servir de

exemplos de resistência por meio de intervenção a partir do espaço. Todavia, os movimentos sociais não estão livres de contradições e fissuras.

Não podemos pensar que a luta pela moradia representa, em sua relação com o Estado e o capital, uma disputa clara e homogênea entre um projeto de emancipação x um projeto fetichizado/reiterativo. E isso não acontece apenas porque no universo total dos movimentos de luta pela moradia (aqui não consideramos apenas os que estudamos mais de perto) há inúmeros movimentos com diferentes projetos políticos, há movimentos combativos e movimentos que se deixam cooptar e todos eles apresentam contradições internas. Experiências de insurgência, de unificação e de cooptação e de fragmentação podem ser todas elas vivenciadas por um mesmo movimento em diferentes momentos de seu histórico. Reconhecer a complexidade dos movimentos de luta pela moradia é reconhecer que na dinâmica deles há dificuldades, desafios, contradições, fissuras e potencialidades.

A existência de hierarquia entre as lideranças e a base; a vulnerabilidade da organização de base quando uma liderança é tirada de cena, como por exemplo, no fato comum da prisão de lideranças como tentativa de criminalização do movimento, tal vulnerabilidade também demonstra a

existência de uma hierarquia dos papéis. A dificuldade de executar, de colocar em prática determinados ideais que é resultante, de alguma maneira, de ausência de consciência da própria práxis; a disputa entre os próprios movimentos por diferentes motivos como, por exemplo, para que “seu” movimento seja atendido pelos programas habitacionais públicos, etc. Esses são alguns exemplos de experiências que debilitam a luta pela moradia e evidenciam contradições internas aos movimentos.

Os movimentos enfrentam dificuldades, limitações e mesmo contradições de discursos e práticas que reiteram a ordem vigente: clientelismo político; cooptações pelo poder público dos quadros dos movimentos; falta de identidade de classe; insuficiência na representação do capital e suas mediações como elemento fundamental no conflito etc.

Mas se os trabalhadores organizados no movimento de moradia se apresentam hoje fragmentados e fragilizados, isso não decorre apenas de suas contradições internas, há uma série de instrumentos e mecanismos de todos os tipos (econômico-financeiros, culturais) utilizados pelos sujeitos dominantes para fragmentar e fragilizar os trabalhadores no cotidiano e na luta. Ou seja, são fragilidades e fissuras produzidas pela práxis reiterativa do capital para reiterar

sua hegemonia econômica, política, cultural. Nas últimas décadas, diante da crise do modelo de dominação, as classes dominantes têm adotado novas formas de controle social. São mecanismos que buscam alimentar um ambiente contra-insurgente para legitimar e sustentar a estratégia geopolítica de domínio absoluto do capital: é o que veremos no item a seguir.

4. NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: DESAFIOS INÉDITOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Avanços dos movimentos sociais latino-americanos na década de 90, no sentido de certa resistência ao modelo neoliberal, tiveram como consequência indireta, uma nova conjuntura da qual os novos governos que se proclamam progressistas e de esquerda e, portanto, aliados dos movimentos sociais, fazem parte. “Com eles, estão nascendo novas formas de governar, como resultado da potência dos movimentos sociais, mas também como uma tentativa das elites de reconduzir a crise do modelo de dominação” (ZIBECHI, 2008, p.103, tradução nossa). O governo de Lula, no Brasil, faz parte dessa nova conjuntura na

América Latina⁸. Neste sentido, as tendências e as perspectivas que as políticas nacionais foram ganhando nos últimos anos, merecem ser observadas pela capacidade que elas têm de marcar as diretrizes do contexto político municipal, no caso, de São Paulo.

Para enfrentar o fortalecimento dos movimentos sociais na América Latina que foram conformando territórios diferentes aos do capital, as classes dominantes adotam novas formas de controle social. Se o modelo de dominação em crise está centrado na disciplina “que representa um pensamento negativo, normalizador e regulamentador”, as novas formas de

⁸ Diferentes de países como a Bolívia, o Equador, a Venezuela e, parcialmente a Argentina, que vivenciaram crises políticas “provocadas pela mobilização social que chegou a colocar em questão não só aos governos neoliberais, senão também –ainda que de modo fugaz ou incipiente- o modo de dominação e todo o emaranhado institucional em que esse se apóia” (ZIBECHI, 2008, p.93-94, tradução nossa), o Brasil se encaixa no conjunto dos países em que os setores populares levaram a esquerda ao poder, melhor dito, ao governo, mas como “conseqüência de uma acumulação eleitoral e institucional, em um clima de estabilidade política e com base em equipes de governo com experiência prévia nas gestões municipais e estaduais” (ZIBECHI, 2008, p.93, tradução nossa). Vários movimentos de luta pela moradia de São Paulo podem ser considerados partícipes nesse processo. Concordamos com Zibechi (2008) e Antunes (2005), que não foi preciso muito tempo para podermos avaliar que o governo Lula, assim como outros governos latinoamericanos, representam mais continuidades que mudanças. O caminho tomado reitera um conjunto de profundas reconfigurações territoriais que expressam a nova ofensiva do capital em sua onda neoliberal.

controle partem de uma concepção de controle mais sutil, à distância, ou seja, “buscam apoiar-se nos fenômenos existentes [...]. [E] ao invés de reprimir e proibir, se trata de regular a realidade fazendo que uns elementos atuem sobre outros, anulando-os” (ZIBECHI, 2008, p. 104-105, tradução nossa). A partir das formulações de Foucault (2006), Raúl Zibechi (Op. cit., p.105) defende que agora o foco das classes dominantes recai “sobre uma multiplicidade de fatores” que já não se daria em relação de exterioridade, mas de imanência sobre os movimentos “que tentam domesticar ou, melhor, reconduzir para modos que beneficiem aos grupos dominantes”. Citando os “novos” governos dirigidos por Lula, Kirchner e Tabaré Vázquez, o autor lança a “pergunta”:

Quem melhor para atuar em relação de interioridade sobre os oprimidos, que os governos surgidos das entranhas dos movimentos dos de baixo, já que estão em melhores condições para aplicar táticas complexas que representam uma verdadeira arte de governar? (ZIBECHI, 2008, p.105, tradução nossa).

Zibechi ainda explica o que esses governos latino-americanos têm de “novos”:

Novos, porque já não estamos diante dos estados bem-feitores ou diante dos estados neoliberais precedentes,

senão diante de algo inédito, que sobre a base da fragilidade herdada do modelo neoliberal busca desenvolver novas artes para mantê-los em pé, dotá-los de maior legitimidade e assegurar assim sua sobrevivência sempre ameaçada (ZIBECHI, 2008, p.105, tradução nossa).

Com Zibechi chegamos à conclusão de que a perspectiva atual é, “governar os movimentos’ para anular seus efeitos anti-sistêmicos” (ZIBECHI, 2008, p.106, tradução nossa). É a “arte de governar”. A “arte de governar” caracteriza-se por: a) busca gestão abundante da economia, o objetivo é ser um “bom governo econômico”; e b) os governos ou as ONGs assumem e refuncionalizam iniciativas que nasceram de baixo (ZIBECHI, 2008, p. 113, tradução nossa).

O direcionamento da política do governo Lula para o crescimento econômico é uma demonstração de “bom governo econômico”:

Na avaliação do movimento social, o governo Lula tem sido mais rápido em atender as demandas do mundo do capital do que do mundo do trabalho. A justificativa do governo é de que o socorro ao capital visa preservar o mundo do trabalho. Desde outubro de 2008, quando do recrudescimento da crise, o governo implementou uma série de medidas com o objetivo de mitigar os estragos da crise. Em comum, as medidas visam preservar o crescimento econômico a qualquer custo. O governo está convencido de que crescimento econômico é a garantia da manutenção e ampliação de empregos. [Ente] As últimas

medidas anunciadas pelo governo Lula na perspectiva de aquecer a economia [...] [está o programa] [...] *Minha casa, Minha Vida*: ambicioso plano habitacional, cuja meta é erguer um milhão de imóveis populares nos próximos dois anos⁹ (SANSON, 2009, p.1).

A aparente ambivalência do governo em atender tanto as demandas do capital quanto as do trabalho, numa avaliação mais profunda evidencia a sobreposição da agenda do capital: as medidas do governo Lula “são coerentes com a sua concepção de governo denominada Pós-Consenso de Washington” (SANSON, 2009, p.1). São essas as diretrizes que irão conformar, a partir, sobretudo, das recomendações do Banco Mundial, as novas formas de dominação: políticas focalizadas na “pobreza” e que, em essência, “não fazem mais que produzir [...] um tipo de sociedade cada vez mais polarizado (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2005, p. 267, tradução nossa).

As recomendações do Banco Mundial, [...], são todas focalizadas nos pobres, vistos como pessoas incapazes que necessitam de ajuda para inserirem-se

⁹ As outras medidas governamentais são: “prorrogação por três meses da redução do IPI para o setor automotivo; desoneração tributária de geladeiras e outros bens da linha branca; redução de encargos trabalhistas para empresas que evitarem demissões; ampliação do seguro-desemprego em duas parcelas; pacote de ajuda às prefeituras e Estados; troca da direção do Banco do Brasil na perspectiva de forçar a redução dos juros; pacote de R\$ 10 bilhões ao agronegócio” (SANSON, 2009, p.1).

no mercado. Portanto, suas propostas de políticas de combate à pobreza resumem-se apenas à transformação do indivíduo incapaz em um indivíduo capaz e competitivo, por meio do aumento de “capital humano” (no relatório de 1990) ou de “capacidade humana” (no relatório de 2000-2001) UGÁ, 2004, p.60).

Em pormenores, a partir da década de 1990, o Banco Mundial incorpora a categoria “pobreza” como parte do seu receituário, passando a orientar a formulação de políticas sociais, para os países “em desenvolvimento”, que priorizassem os “pobres”. Com isso, as políticas de “combate à pobreza” passam a fazer “parte da própria lógica do marco teórico do neoliberalismo, assumindo um caráter focalizado e compensatório” (UGÁ, 2004, p.62). A própria in experiência com o *Welfare State* nos países “em desenvolvimento” acaba colaborando para que as recomendações do Banco Mundial “de combate à pobreza sejam tão bem aceitas e vistas como ‘bem-intencionadas’ pelos países-alvos” (UGÁ, 2004, p.61).

Trata-se de uma segunda geração do ajuste estrutural que capta, coopta e minimiza algumas das idéias da gestão democrática como a preocupação com a pobreza. Para Alvarez Leguizamón (2005) é a disseminação de um discurso *minimista* na América Latina. A autora explica que “o discurso *minimista* remete a uma nova utopia, aquela que promove uma sociedade

onde o crescente número de pobres e excluídos deve tender somente a mínimos” (p. 240, tradução nossa).

Estas constituem uma forma de novo “humanitarismo”, entendido como uma posição ideológica que deplora e lamenta a pobreza, e mais ainda a indigência e a miséria, nunca se questiona a justiça do sistema de desigualdade no seu conjunto [...], nem os mecanismos que as provocam (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2005, p. 240, tradução nossa).

Olhando para São Paulo, Telles nos aponta como essas premissas se traduzem na metrópole:

[...] os programas sociais se multiplicam pelas periferias afora e entorno deles proliferam associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, se credenciar como “parceiras” dos poderes públicos locais e disputar recursos em fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, claro, a quase onipresença de ONGs vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada. É aí que se vê delinear um mundo social perpassado por toda sorte de ambivalências, entre formas velhas e novas de clientelismo e reinvenções políticas, convergências e disputas, práticas solidárias e acertos (ou desacertos) com máfias e o tráfico de drogas (TELLES, 2007, p. 197-198).

Todas essas novas formas de controle social, estabelecidas numa relação de imanência sobre os movimentos sociais, afetam diretamente a autonomia desses, pois, como nos advertiu Zibechi, trata-se de uma tentativa de “governar os movimentos’ para anular seus efeitos anti-sistêmicos”. É, então, a partir dessa nova posição do Estado que assume e refuncionaliza iniciativas nascidas de baixo, que também se redefinem os desafios dos movimentos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso estudo sobre os movimentos de luta pela moradia na metrópole de São Paulo, o que encontramos, sobretudo, são os limites na construção de uma alternativa contundente à avassaladora fortaleza do capital. A rapidez com que o capital se sobrepõe às críticas recebidas, esterilizando-as e incorporando-as dentro de um movimento de mudança que não permite que nada mude, deixa os trabalhadores dos movimentos de luta pela moradia a reboque dessas articulações que o mesmo prestamente constrói.

Política de urbanização de favelas, recuperação seletiva (e não universal) de prédios para moradia popular, na região central, promoção de mutirões de

autoconstrução, programas como *Bolsa Aluguel* ou *Locação Social* são exemplos de uma atuação via Estado, que, esvaziado de política, concede dádivas aos mais “necessitados”, respeitando sempre as taxas de retorno de investimento da iniciativa privada.

Não há transformações nesse horizonte de atuação tacanho, há mediação que preserva a acumulação do capital e “neutraliza a rebeldia dos de baixo”, diria Zibechi (2008).

A conclusão da nossa pesquisa é que o presente da luta pela moradia em São Paulo a partir da perspectiva do conflito capital x trabalho é complexo, assimétrico, contraditório, limitado, incompleto e nebuloso. Se é fato que das fissuras dos mecanismos de dominação do capital os movimentos sociais fazem nascer táticas e estratégias de resistência, da mesma maneira, percebe-se que a cada nova politicidade por eles inventada imediatamente o capital trata de apropriá-la e invertê-la a seu favor.

A construção de uma práxis criativa (a construção de territórios de resistência), que não reafirme o já existente (os territórios de dominação), mostra-se como um trabalho árduo, na atual conjuntura e no futuro próximo. O que é certo, é que se uma classe avança, a outra necessariamente passará por retrocessos, pois o conflito capital x trabalho não se resolve com um consenso onde todos ganham. E, na luta

pela moradia, pudemos observar que, diante do abismo social criado pela lógica destrutiva do capital, apenas uma resposta contundente dos trabalhadores pode nos tirar do caminho de barbárie que hoje trilhamos.

6. REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, S. Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, S. (org.). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 239-273.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- D'ARC, H. R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo – mistura ou gentrificação. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs.) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 341 – 362.
- FÓRUM Centro Vivo. **Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006)**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.
- FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP**. 15 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.fipe.com/web/index.asp>>. Acesso em: 7 jun. 2007.
- LEMOS, A. I. G. *Gentrification* ou moradia social: estudo comparativo do consumo no Centro Antigo de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 122-129.
- MARQUES, E; SARAIVA, C. As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade. In: MARQUES, E; TORRES, H. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 267- 296.
- MATTOS, S. Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização. Patrimônio: **Revista eletrônica do Iphan**, out. 2005 <<http://www.revista.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2005.
- SANSON, C. Capital x trabalho. In: **Rádio Agência Notícias do Planalto**. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6742&Itemid=43font>. Acesso em: 4 mai. 2009.
- SANTORO, P. F; CYMBALISTA, R. **Reflexões sobre a política habitacional no município de São Paulo**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=182>. Acesso: 08 dez. 2007.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: MARQUES, E; TORRES, H. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 59-87.
- TELLES, V. da S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa).

In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-218.

UGÁ, V. D. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, p. 55-62, 2004.

VIÉGAS, L. de S.; MORTADA, S. P.; TURAZZI, A. **Memórias de um movimento popular**: vida e luta de militantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC). [S.l.: s.n.], 2007. No prelo.

YÁZIGI, E. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-97.

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2008.

IKUTA, F. K. Práxis e Novas Formas de Dominação: as disputas territoriais dos movimentos de moradia de São Paulo. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/10ferikuta1002.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.